

LIMITES E ALTERNATIVAS DO PLANO DE TRABALHO SOCIAL NOS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO CONTEXTO DO CAPITALOCENO

LIMITS AND ALTERNATIVES OF THE SOCIAL WORK PLAN IN THE DEVELOPMENTS OF THE MINHA CASA MINHA VIDA PROGRAM IN THE CONTEXT OF THE CAPITALOCENE

**Sara Rebello Tavares¹,
Maciej John Wojciechowski² e Kelly Roberta Ferracini³**

Resumo

O artigo analisa os limites e as possibilidades do Trabalho Social nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a partir de uma leitura crítica das relações entre política habitacional, produção do espaço urbano e Capitaloceno. Com base em revisão bibliográfica, análise documental e sistematização da experiência desenvolvida no Residencial São João dos Pinheiros, em Artur Nogueira (SP), discute-se como a localização periférica dos empreendimentos e a lógica de valorização fundiária contribuíram para a reprodução de desigualdades socioespaciais e para o enfraquecimento da integração bairro-cidade. Em resposta a esses limites, examina-se a incorporação do Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA) como método de fortalecimento comunitário e de ampliação da participação social. Os resultados indicam que iniciativas construídas a partir dos ativos locais favoreceram processos de pertencimento, articulação coletiva e apropriação do território, apontando possibilidades de revisão metodológica do Trabalho Social em programas habitacionais de interesse social.

Palavras-chave: Minha Casa Minha Vida; Capitaloceno; trabalho social; Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos; direito à cidade.

Abstract

This article examines the limits and possibilities of Social Work in housing developments funded through the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) from a critical perspective that connects housing policy, urban production of space, and the Capitalocene. Drawing on literature review, document analysis, and the systematization of experiences developed in the São João dos Pinheiros housing complex, located in Artur Nogueira, São Paulo State, the study discusses how peripheral siting strategies and land speculation dynamics have contributed to the reproduction of socio-spatial inequalities and weakened neighborhood-city integration. In response to these limitations, the article explores the adoption of Asset-Based Community Development (ABCD) as a method for community strengthening and enhanced social participation. The findings suggest that initiatives grounded in local assets fostered a stronger sense of belonging, collective organization, and territorial appropriation, indicating potential

¹ Pós-Doutoranda, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (FEA/USP). E-mail: sararebello@gmail.com.

² Doutor em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: matias.john.w@gmail.com.

³ Mestre em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: kellyferracini@gmail.com.

pathways for revising Social Work methodologies within social housing programs.
Keywords: Minha Casa Minha Vida; Capitalocene; social work; Asset-Based Community Development; right to the city.

Introdução

Os programas habitacionais constituem um dos principais instrumentos de política pública voltados à redução do déficit habitacional e à ampliação do acesso à moradia. Ao buscar garantir condições adequadas de habitação para parcelas da população historicamente excluídas do mercado formal de terras e imóveis, desempenham papel relevante na inclusão social e na melhoria das condições de vida. Entretanto, sua implementação envolve desafios complexos, relacionados não apenas à produção de unidades habitacionais, mas também à inserção urbana, ao acesso a serviços públicos e à integração dos beneficiários à dinâmica da cidade.

Entre essas iniciativas, destaca-se o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), direcionado principalmente às famílias de baixa e média renda. Estruturado a partir de subsídios públicos, linhas de financiamento e parcerias com o setor privado, o programa buscou ampliar o acesso à moradia em escala nacional, ao mesmo tempo em que estimulou a atividade da construção civil e setores associados da economia. Pela magnitude dos investimentos mobilizados e pelo volume de unidades produzidas, consolidou-se como a principal política habitacional brasileira das últimas décadas.

Consolidado como o maior programa de habitação popular já executado no Brasil, segundo a Secretaria de Comunicação Social do governo, até o primeiro semestre de 2025, o PMCMV já havia entregado mais de 6 milhões de unidades habitacionais, e anunciou até o final de 2026, a promessa de entregar mais 2 milhões de moradias. Além disso, o programa apresentou enraizamento e permanência enquanto políticas mesmo diante de trocas de governo (instituído em 2009, no governo do Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seguido pela Dilma Rousseff (PT) 2011-2016, Michel Temer (MDB) 2016-2018, e apesar da reformulação para o Programa Casa Verde e Amarela no governo do Jair Bolsonaro (PL) 2019-2022, com o retorno do Luiz Inácio Lula da Silva (PT) 2023 até o presente momento). Esse histórico de magnitude e manutenção da política evidenciam que, mesmo diante de diferentes forças políticas e de conjunturas variadas, o direito à moradia continua sendo reconhecido como componente, primeiro de demanda da população, e, segundo, mas sobretudo, como componente estratégico da política social no Brasil.

Entretanto, apesar do programa tornar-se a principal política habitacional do país nas últimas décadas, ele apresenta enormes desafios. No que diz respeito ao desenho da política, sua amplitude de atuação, complexidade de gestão interfederativa e de parcerias privadas evidenciaram, como já apontando por inúmeros avaliadores de políticas públicas e outros trabalhos acadêmicos, três pontos críticos: i) a financeirização do ciclo da terra, que direciona a produção para terrenos baratos e periféricos, resultando em conjuntos habitacionais desconectados da cidade, (ii) a aceleração de metas e prazos, que privilegia a quantidade de unidades entregues em detrimento da qualidade urbana; e (iii) a incapacidade municipal de planejar e integrar os empreendimentos ao tecido existente, em razão de déficits técnicos, orçamentários e institucionais.

Esses elementos revelam limites estruturais do programa, marcados pela ênfase na produção em larga escala em áreas de expansão urbana, pela baixa integração dos empreendimentos com infraestrutura e serviços públicos essenciais — como mobilidade, saúde, educação e cultura —, pela fragmentação institucional e pelas frequentes reformulações nos modelos de financiamento e nas faixas de renda atendidas. Em conjunto, tais entraves comprometem a capacidade do PMCMV de

assegurar qualidade habitacional, localização adequada, integração socioespacial e, de fato, a redução efetiva do déficit habitacional.

No âmago da crítica urbana contemporânea, essa captura ganha contornos específicos no cenário do Capitaloceno. Adotando a formulação de Jason W. Moore (2016), o Capitaloceno desloca a gênese da crise socioambiental e das desigualdades estruturais da responsabilidade genérica da espécie humana – Antropoceno –, para o sistema econômico capitalista como o principal motor de produção e reprodução socioespacial. Essa perspectiva é crucial, pois ao enfatizar os marcadores históricos e espaciais de classe, desigualdade e assimetria de poder, ela revela que uma parcela significativa da humanidade, além de excluída da participação plena na economia dominante, sofre severamente os impactos de suas lógicas predatórias.

É nesse contexto que o PMCMV pode ser compreendido como uma expressão particularmente relevante dessas dinâmicas. Diversos estudos apontam que a implementação do programa esteve fortemente articulada aos interesses do setor da construção civil e do mercado imobiliário, contribuindo para processos de valorização fundiária e expansão urbana periférica (Klink, Souza, 2017; Rolnik, 2015; Maricato, 2011). A busca por terrenos de menor custo favoreceu a implantação de empreendimentos em áreas mais afastadas dos centros urbanos, frequentemente marcadas por déficits de infraestrutura, equipamentos públicos e serviços. Embora com intensidades distintas, esse padrão foi observado tanto em cidades de pequeno porte quanto em grandes áreas metropolitanas. O direito à moradia, que deveria ser garantido como um bem social, é subvertido e transformado em uma plataforma de rentabilidade financeira e acumulação para o capital imobiliário, paradoxalmente, reforçando as estruturas de desigualdade que deveria combater (Klink, 2013; Maricato, 2011).

Obrigatório nas intervenções habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o componente de Trabalho Social adiciona-se a tal cenário. O trabalho social surge como uma tentativa de operacionalizar a transição e o assentamento dos beneficiários nos conjuntos habitacionais consolidados (Torquato; Santos, 2022). Na teoria, constitui um instrumento multidimensional, participativo e reflexivo, que visa, conforme a Portaria MCID nº 75, de 28 de janeiro de 2025, "promover a participação e a inserção social da população beneficiária no território ou empreendimento, visando à melhoria das condições de vida, à concretização de direitos sociais, à articulação das políticas públicas e à garantia da sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados" (BRASIL, 2025, p. 1). Contudo, sua aplicação revela os entraves contidos no programa, derivados, mais uma vez, da combinação entre lógicas empresariais, fragilidade institucional e esvaziamento do sentido político do planejamento participativo. Alguns deste entraves incluem a gestão territorial fragmentada, os tempos acelerados e falta de processos reflexivos e emancipatórios e a lógica empresarial do trabalho social como peça de compliance (Torquato; Santos, 2022)⁴.

A hipótese central é que há uma disjunção estrutural entre a forma com que o capital e a máquina pública implementam conjuntos periféricos em ritmo acelerado como política habitacional e os instrumentos tradicionais de trabalho social designado dentro da própria política. Para enfrentar tal descompasso, propõe-se o adensamento metodológico do PTS a partir da abordagem de Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA) e práticas territoriais de integração, que visam articulação

⁴ Embora existam legislações, portarias e normativas mais recentes relacionadas ao Trabalho Social em empreendimentos habitacionais de interesse social, optou-se por apresentar apenas aquelas vigentes no período de execução do Trabalho Social no Residencial São João dos Pinheiros, em Artur Nogueira (SP). Essa escolha visa garantir a adequada contextualização histórica e institucional da intervenção analisada, considerando o arcabouço normativo que orientava as ações à época de sua implementação.

das escalas institucionais, exercício do planejamento como processo de emancipação comunitário e a integração bairro-cidade.

A partir disso, apresentamos a experiência de implementação do PTS do Bairro São João dos Pinheiros, conhecido como o bairro das “casinhas” no município de Artur Nogueira, pertencente a Região Metropolitana de Campinas, Estado de São Paulo, discutindo os limites e as potencialidades do DCBA, e como essa nova proposta pode ser um caminho possível para operacionalizar emergentes possibilidades socio-participativas que apontam para práticas ecológicas e de transformações comunitárias concretas no território.

O desenvolvimento deste trabalho abrange três eixos articulados. Primeiro, discute-se como uma política pública social de habitação pode ser capturada pela lógica de acumulação do capital imobiliário, produzindo segregação socioespacial e reforçando desigualdades urbanas e ambientais. Em seguida, analisa-se criticamente o Trabalho Social em Habitação, evidenciando seus limites estruturais e a potencialidade da metodologia DCBA como caminho para promover maior integração entre bairro e cidade. Na sequência realizamos uma caracterização do território e do empreendimento São João dos Pinheiros em Artur Nogueira. Por fim, apresentam-se os efeitos da ativação de ativos comunitários, a partir da experiência empírica no bairro São João dos Pinheiros, destacando proposições para a revisão no desenho metodológico do PTS na escala dos programas habitacionais.

As contradições do Programa Minha Casa Minha Vida no contexto do Capitaloceno

Moore (2016) inicia a seção de agradecimentos do livro *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism* relatando um diálogo com Andreas Malm, à época doutorando na Universidade de Lund e atualmente professor de ecologia humana na mesma instituição, quando Malm coerentemente fez a seguinte colocação: “Esqueçam o Antropoceno, deveríamos chamá-lo de Capitaloceno” (2016, p. 11), sintetizando que as dinâmicas inerentes às mudanças geológicas e ambientais eram fruto das complexas relações entre capital, poder e natureza. Assim, o Capitaloceno surge como uma contraposição a nomenclatura do Antropoceno. No entanto, esse debate em torno da denominação da época geológica marcada pela intervenção humana ultrapassa uma disputa meramente terminológica, e revela uma crítica epistemológica e política acerca das causas estruturais da crise ecológica contemporânea (Crist, 2016).

O termo Antropoceno, embora relevante ao reconhecer a atuação humana como força geológica (Crutzen, 2005; Lewis e Maslin, 2015), apresenta limitações conceituais significativas (Barcelos, 2019). Sua principal fragilidade reside na noção de que a humanidade, de forma homogênea, seria responsável pelo colapso ambiental, colocando em uma posição marginal e superficial as profundas desigualdades históricas, sociais e econômicas que caracterizam a produção dos impactos ecológicos. Ou seja, o cerne da crítica está no fato do conceito do Antropoceno, que significa a *Era do Homem*, atribuir a qualquer homem o mesmo poder de impacto no meio ambiente, certo excepcionalismo humano (Haraway, 2016). Implicou dizer que toda a humanidade é igualmente responsável pela crise ecológica, desconsiderando que a maior parte das emissões de gases de efeito estufa, da exploração de recursos e da degradação ambiental foi (e continua sendo) gerada por uma minoria da população mundial e por um modelo econômico específico, cuja lógica de funcionamento não pode ser imputada indistintamente a toda a espécie humana (Moore, 2016).

Nesse contexto, emerge a proposição do Capitaloceno, formulada como alternativa analítica crítica, um outra narrativa que “constrói um tensão heurística importante em

torno das categorias de sujeito, da ideia de tempo e espaço e humanidade” (Barcelos, 2019, p. 3), reolocando as dinâmicas sociais e econômicas no sentido mais amplo - comércio mundial, imperialismo, a estrutura de classes, as relações de gênero, as ordens raciais e muito mais – em uma posição não marginal e superficial nos estudos ambientais e da natureza. Santos (2001) apontou como o espaço social é produzido historicamente e reflete as relações de poder e exclusão do capitalismo, evidenciando que os territórios e a apropriação da natureza são moldados por processos que combinam economia, política e cultura, tornando inseparáveis as dimensões sociais e ambientais na análise da crise contemporânea.

Soma-se a isso, apontar o agente causal e predador nesse contexto do *anthropos* (o ser humano em geral) para o sistema capitalista. O Capitaloceno resume que as dinâmicas responsáveis por impulsionar o planeta para um novo estado geológico, sobretudo, estado de crise, não derivam da humanidade em geral, mas de um regime histórico particular, cuja formação remonta o fastígio do mercantilismo, e se intensifica com a industrialização acelerada.

Em vez disso, o Capitaloceno significa o capitalismo como uma forma de organizar a natureza — como uma ecologia mundial capitalista, multiespécie e situada. Tentarei usar a palavra com parcimônia. Houve muitos outros jogos de palavras — Antropoceno (Parikka 2014), econoceno (Norgaard 2013), tecnoceno (Hornborg 2015), misantropoceno (Patel 2013) e, talvez o mais interessante, mantropoceno (Raworth 2014). Todos são úteis. Mas nenhum captura o padrão histórico básico da história mundial moderna como a “Era do Capital” — e a era do capitalismo como uma ecologia mundial de poder (Moore, 2016, p. 6).

O capitalismo, enquanto sistema socioeconômico, estrutura-se a partir de processos que produzem e reproduzem dinâmicas socioespaciais sobre a exigente e constante necessidade de acumulação ilimitada de capital, impondo a expansão permanente da extração e do consumo de recursos naturais, transformando a natureza em mercadoria a ser apropriada e convertida em valor. A natureza (compreendida em diferentes perspectivas como o espaço) não é “exterior” ao capital, mas parte constitutiva de sua lógica de reprodução. O capitalismo depende da apropriação gratuita ou subvalorizada de trabalho humano, energia e recursos naturais, produzindo crises ecológicas e sociais como resultado recorrente de sua dinâmica expansiva. Dessa dinâmica expansiva emergem mecanismos que funcionam como organização da exploração de diferentes formas, criando hierarquias que legitimam a apropriação desigual de recursos.

A dimensão política do Capitaloceno, por sua vez, é analisada por Christian Parenti (2016), ao demonstrar que o Estado moderno atua como agente ativo na reprodução da dinâmica exploratória. No sentido geral, o Estado desempenha um papel central na formulação e implementação de políticas públicas, assumindo a responsabilidade de promover objetivos sociais, econômicos e ambientais. Em suma, sua ação busca reduzir desigualdades, ampliar o acesso a serviços essenciais e gerar ganhos sociais, organizando recursos e regulando práticas para transformar demandas sociais em políticas efetivas que impactem positivamente a vida da população. Mas, longe de ser apenas regulador, o Estado constitui-se como parte da engrenagem da acumulação, transformando a natureza em infraestrutura e valor econômico - crítica essa já levantada por Castells (1972), Lefebvre (2001) e Harvey (2013). Tanto a ação do Estado, quanto todo o ciclo de formulação das políticas públicas são permeadas por um campo de forças que privilegia a valorização do capital em detrimento do equilíbrio da dimensão na qual ela mira, seja social, econômica, cultural, ambiental. Assim, ações e políticas que visam corrigir distorções sociais acabam, paradoxalmente, alimentando as mesmas

estruturas que as produzem.

Essa captura da dimensão política pelo capital manifesta-se na forma como os programas de redistribuição, habitação e infraestrutura são convertidos em instrumentos de reprodução ampliada da lógica capitalista. A exemplo das noções de sustentabilidade ou justiça social, ambas e outras, muitas vezes, são incorporadas de modo instrumental pelo sistema capitalista, que neutralizando seu potencial transformador social, conseguem ampliando seu potencial de mais valia. Como lembra Harvey (2011), o capitalismo possui uma notável capacidade de absorver críticas e convertê-las em novas oportunidades de acumulação. O autor, baseado na crítica marxista à economia política, aponta a distinção entre o ser do capital de seu aparente ser, considerando ambos como determinações contraditórias de sua efetividade. Uma contradição dançante entre acumulação e crise, inerente a sua própria identidade, contudo, essa contradição tende a se manifestar apenas como reprodução ampliada, com capacidade de contornar, em um período médio e longo, os efeitos negativos da crise. Esse lado negativo da própria identidade do sistema deve, em todas as instâncias, ser compreendido como uma imanência estrutural do capital, e não como efeitos externos a ele.

Portanto, argumentamos que a compreensão da dimensão política do Capitaloceno oferece uma perspectiva analítica potente para compreender como políticas públicas e agenda/ação do estado desenhadas para promover o equilíbrio social — como o Programa Minha Casa, Minha Vida — tendem a ser apropriadas por dinâmicas do sistema que reforçam a desigualdade e a fragmentação socioespacial. Dessa forma, discorreremos as engrenagens capturadas pela lógica do capital que estruturam a política habitacional brasileira contemporânea, particularmente a que se consolidou no âmbito do PMCMV, em pelo menos três pontos críticos que revelam um conjunto de mecanismos implícitos operando para além da provisão de unidades habitacionais. O primeiro ponto crítico diz respeito à financeirização do ciclo da terra, que abarca três mecanismos baseados na racionalização do capital, são eles: (i) a conversão da terra em ativo financeiro; (ii) aquisição de terrenos periféricos; e (iii) o aprofundamento da fragmentação socioespacial.

A financeirização do ciclo da terra refere-se à incorporação do solo urbano às dinâmicas do capital financeiro, deixando de ser apenas suporte físico da produção para operar como ativo especulativo. Nesse processo, descrito por autores, como Klink e Barcelos (2017), a valorização da terra passa a depender de instrumentos financeiros, expectativas de renda futura, securitização e estratégias de investimento imobiliário. Essa lógica redefine a produção do espaço urbano ao orientar decisões de incorporação, estabelecer padrões de expansão e intensificar a especulação fundiária. Assim, o acesso ao solo e sua localização passam a ser condicionados por uma racionalidade financeira que reforça a mercantilização do território.

No contexto brasileiro, os efeitos dessa lógica capturaram PMCMV. Na primeira fase do programa, o anúncio de contratar 1 milhão de moradias destinadas a famílias de diferentes faixas de renda em todo o país, e os vultosos aportes financeiros, mobilizaram intensamente o mercado imobiliário. Processo de conversão do uso do solo, incorporação de áreas rurais, ampliação do perímetro urbano, mudanças e revisões em zoneamentos, planos diretores, legislações urbanísticas e coeficientes de aproveitamento estimularam dinâmicas especulativas que reconfiguraram a produção habitacional no período, e seguiram-se nas fases subsequentes (Bonduki, 2014).

Diversos autores, como Rolnik (2015), Shimbo (2012) e Tone (2015) identificam o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) como um dos principais vetores da financeirização da habitação no Brasil, orientando decisões de incorporação, definindo

padrões de expansão e intensificando práticas especulativas. Embora apresentado como política social, o programa consolidou uma nova posição do Estado — produtor direto da habitação para indutor e gestor das condições de funcionamento do mercado, por meio do acesso ao crédito, ampliação da liquidez da demanda, dentre outros, que viabilizou a atuação de incorporadoras financeirizadas, institucionalizando a moradia como ativo financeiro e fortalecendo a lógica de rentabilidade do capital imobiliário.

Não há dúvida de que o setor imobiliário e, especialmente, as incorporadoras financeirizadas e seus investidores foram altamente beneficiados pelo programa, já que esse não só os salvou da derrocada, como impulsionou o valor de suas ações. [...] de qualquer forma, impulsionado pelo programa, o crédito habitacional passou de 1,55% do PIB do país, em 2006, para 3,48% em 2010 e 6,73% em 2013 (Rolnik, 2015, p. 305 – 306).

Assim, o Estado assume papel estrutural na reprodução do capitalismo contemporâneo, operando como catalisador da expansão do capital sobre o território. Como aponta Paulo Alas (2023), utilizando-se da pauta do déficit habitacional, a política habitacional passou a abrir novos espaços de valorização, articulando interesses hegemônicos e garantindo as condições para a contínua expansão do capital imobiliário. Assim, ao promover a financeirização do solo e da habitação, o Estado fortalece as dinâmicas que sustentam o sistema capitalista em múltiplas escalas, moldando a cidade segundo imperativos financeiros e não sociais.

Assim o PMCMV, em vez de romper com a lógica histórica de produção periférica da habitação popular, contribuiu para sua reprodução em novas escalas. Rolnik (2015) observa que a localização dos empreendimentos passou a responder, em grande medida, à disponibilidade de terrenos de baixo custo, frequentemente situados em áreas distantes dos centros urbanos e com oferta limitada de infraestrutura e serviços. Nesse contexto, a expansão habitacional articulou-se aos processos de valorização fundiária e à dinâmica do mercado imobiliário. Sob a perspectiva do Capitaloceno, tal processo evidencia como a produção de novas periferias urbanas permanece associada às estratégias de reprodução do capital.

A leitura de Maricato (2011) reforça esse diagnóstico ao situar a produção habitacional do PMCMV dentro de uma longa história de urbanização brasileira caracterizada pela “produção social da ilegalidade” e pela transformação das periferias em zonas de sacrifício urbano e ambiental. Em suas análises, o mercado imobiliário opera sobre um estoque de terras que foram intencionalmente abandonadas pelo Estado ou tratadas como “não-cidade”, acumulando passivos ambientais, riscos geológicos ou sanitários. O programa habitacional, ao se expandir sem romper com essa lógica, acabou funcionando como avalista dessa geografia da precariedade. A aquisição de terrenos periféricos — muitas vezes localizados próximos a lixões, várzeas inundáveis, matas degradadas ou loteamentos clandestinos — não apenas reproduziu desigualdades socioespaciais, mas sancionou a transformação da vida periférica em vida exposta.

Na prática, a lógica de aquisição de terrenos pelos empreendimentos de Faixa 1 seguiu um padrão: terrenos baratos, muitas vezes situados em áreas rurais em processo de transição, com infraestrutura subdimensionada ou inexistente. A política social, assim, converteu-se em motor de expansão imobiliária periférica, configurando aquilo que os autores descrevem como “urbanização por atacado”, produzida em larga escala e depois delegada aos moradores para resolver, por conta própria, o déficit urbano. Do ponto de vista do Capitaloceno, essa relação se traduz na fusão entre Estado e capital imobiliário na produção do espaço urbano, nos quais o ônus da urbanização recai desproporcionalmente sobre os beneficiários moradores das áreas periféricas.

O segundo ponto crítico foca na aceleração de metas e prazos, que prioriza a quantidade de unidades e a rápida execução das obras. Este ritmo acelerado não é uma mera escolha administrativa, mas reflete a própria temporalidade acelerada do capital, marcada pela compressão dos tempos produtivos, pela urgência permanente e pela pressão por ciclos curtos de investimento. Tal dinâmica, conforme discute Harvey (1992) em suas análises sobre a compressão espaço-tempo, subordina o planejamento e a qualidade da produção social à racionalidade da acumulação rápida do capital.

Finalmente, o terceiro ponto crítico diz respeito à incapacidade municipal de planejar e integrar os empreendimentos ao tecido urbano, frequentemente diagnosticada como um déficit técnico ou orçamentário, deve ser compreendida no contexto do que autores como Moore (2016) descrevem como o regime do Estado barato. Essa condição estrutural se manifesta em instituições fragilizadas, sistematicamente sem dotação orçamentária e cuja orientação principal é viabilizar a expansão do capital, em vez de regulá-lo e ordenar a vida urbana. Essa fragilidade estrutural do poder local, que Maricato (2001) já identificava na gestão urbana brasileira, limita severamente a capacidade dos governos municipais na ordenação do território e fomenta a reprodução de periferias mal planejadas e carentes de infraestrutura e serviços.

Em suma, as contradições observadas na política habitacional são manifestações urbanas e espaciais de dinâmicas estruturais inerentes ao Capitaloceno, onde a lógica de acumulação e a valorização imobiliária se sobrepõem às necessidades sociais e à qualidade da vida urbana. A consequência direta dessa racionalidade é a produção de empreendimentos que rompem o vínculo orgânico entre bairro e cidade. Os conjuntos habitacionais resultantes configuram-se como espaços funcionalizados, homogêneos e isolados, desprovidos de densidade histórica, pedagógica e simbólica — verdadeiros não-lugares. Como argumenta Carlos (2011), o ato de habitar, que envolve práticas de encontro, reconhecimento e apropriação criativa do espaço, é reduzido ao ato de morar, um uso estritamente funcional e empobrecido, condicionado por uma urbanização que transforma os indivíduos em usuários e consumidores de infraestrutura mínima. Nos empreendimentos periféricos, o cotidiano é marcado pela ausência de equipamentos públicos, pela precariedade da mobilidade e pela distância dos circuitos econômicos e culturais da cidade. Assim, a política pública que deveria promover integração termina produzindo segregação, não apenas espacial, mas também social e simbólica.

Essa fragmentação territorial se reflete na dimensão social, gerando a erosão da fibra comunitária. As famílias que chegam aos empreendimentos, muitas delas oriundas de assentamentos informais com redes consolidadas de sociabilidade, veem-se subitamente deslocadas para territórios novos, homogêneos e desconhecidos. As tensões internas, a ausência de regras coletivamente construídas, a fragilidade da gestão condominial e a falta de espaços públicos qualificados produzem um ambiente de vulnerabilidade constante (Paz; Diniz, 2020). A sociabilidade não emerge espontaneamente em territórios fragmentados; ao contrário, ela requer tempo, continuidade e vínculos, elementos que dificilmente se formam quando a política habitacional opera sob a lógica do deslocamento e da urgência administrativa. Assim, o tecido social é continuamente tensionado e, em muitos casos, rompido, resultando em comunidades frágeis, com baixa capacidade de ação coletiva e expostas a conflitos internos.

Nesse cenário, o trabalho social, que deveria atuar como eixo estruturante da integração comunitária, torna-se uma peça de compliance assumindo a função de garantir o cumprimento de exigências normativas necessárias à liberação de recursos e à conclusão formal do empreendimento. Paz e Diniz (2020) demonstram que o trabalho social, frequentemente elaborado tardiamente e sem participação dos beneficiários, opera como dispositivo administrativo destinado a registrar atividades, produzir relatórios

e conferir aparência de legitimidade ao processo. A lógica empresarial impõe prazos rígidos, metas quantitativas e uma relação instrumental com as famílias, esvaziando o potencial transformador do trabalho social e convertendo-o em etapa burocrática da produção habitacional (Torquato; Santos, 2022). Compreender essas dinâmicas é fundamental para a formulação de metodologias de intervenção que ultrapassem o simulacro da inclusão habitacional e avancem rumo à construção de cidades mais justas, democráticas e ambientalmente sustentáveis, capazes de romper, e não de reproduzir, a lógica danosa do Capitaloceno.

Trabalho Social em Habitação de Interesse Social: a metodologia Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA) para a integração bairro-cidade

O Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA) adotado pelo Trabalho Social no Residencial São João dos Pinheiros oferece uma abordagem metodológica dos territórios impactados por desigualdades estruturais e pela lógica do Capitaloceno. Em contraste com metodologias tradicionais centradas em diagnósticos de carências - que enfatizam déficits, vulnerabilidades e “problemas sociais” -, o DCBA parte do reconhecimento de ativos locais: talentos, vínculos, saberes, recursos comunitários, espaços subutilizados, redes e organizações (Kretzmann; Mcknight, 1993; Mathie; Cunningham, 2003). Trata-se de uma inversão deliberada de perspectiva, crítica em contextos nos quais populações periféricas têm seus conhecimentos e capacidades sistematicamente invisibilizados, ao mesmo tempo em que são forçadas a suportar os custos socioambientais da urbanização financeirizada.

Ao mobilizar o DCBA, o Trabalho Social reposiciona a comunidade como sujeito do planejamento e não apenas como “público-alvo” de políticas urbanas. Tal reposicionamento é central para construir processos bottom-up capazes de resistir à produção desigual do espaço urbano. Em vez de reproduzir a lógica assistencialista, a metodologia incorpora práticas de fortalecimento social que emergem da própria comunidade, como se evidencia na Campanha “Lixo Bom é Lixo na Caçamba” e na Gincana Ecológica, onde modelos de governança colaborativa foram ativados, integrando associações historicamente rivalizadas, juventudes, trabalhadores informais, escolas e vizinhos de bairros limítrofes. No horizonte do Capitaloceno, esses processos configuram-se como contra dispositivos frente a uma urbanização que trata periferias como zonas de sacrifício ambiental e social.

Nesse sentido, o DCBA assume um papel explicitamente político: torna-se uma contraproposta ao urbanismo neoliberal e à fragmentação socioespacial associada à financeirização da habitação. Ao colocar no centro ativos comunitários – hortas conectadas à educação básica, processos de reciclagem vinculados à gestão de resíduos, incubadoras de negócios femininos e juvenis, reocupação de espaços públicos abandonados –, o DCBA revela como moradores podem criar infraestruturas mínimas de cuidado, alimentação, convivência e sustentabilidade capazes de produzir qualidade urbana em contextos onde o Estado falhou ou atuou de forma fragmentada. Assim, o DCBA se apresenta como uma estratégia de “urbanismo insurgente” gerando novos imaginários urbanos e abrindo caminhos de planejamento que não dependem exclusivamente da racionalidade estatal ou da lógica mercantil.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o DCBA parte da premissa de que cada comunidade possui um conjunto único de capacidades que pode ser canalizado para o desenvolvimento comunitário (Kretzmann; Mcknight, 1993). Em vez de concentrar energia na identificação e gestão de passivos, a abordagem investe, desde o início, tempo e recursos na identificação de ativos presentes em indivíduos, associações e instituições, bem como na construção de espaços dialógicos capazes de traduzir esses

ativos, frequentemente formulados como sonhos e aspirações, em ações concretas de transformação.

Esses ativos não se limitam a habilidades tecnomotoras ou conhecimentos formais. O DCBA enfatiza capacidades relacionais, organizacionais, simbólicas e políticas: vínculos de confiança, redes de solidariedade, experiências associativas, saberes populares, trajetórias de luta, referências identitárias. O mapeamento de sonhos e ativos, tal como aplicado no Trabalho Social em habitação de interesse social, busca justamente explicitar essas dimensões frequentemente silenciosas, conectando o que as pessoas já fazem, sabem e desejam com oportunidades concretas de desenvolvimento comunitário – no bairro, na escola e na cidade.

É importante sublinhar que uma abordagem baseada em ativos não nega a existência de demandas, carências e violações de direitos. Elas emergem inevitavelmente ao longo do processo de mobilização e organização social. A diferença metodológica está na inversão de prioridade: a aposta desloca-se da manutenção de passivos sociais para a ativação daquilo que tem potencial dinâmico para superar, parcial e progressivamente, esses desafios. Essa escolha é particularmente relevante no contexto do Capitaloceno, em que a narrativa dominante tende a associar periferias apenas a problemas (violência, lixo, “informalidade”), e o DCBA recusa essa redução, recolocando essas áreas como lugares de produção de soluções.

Componentes e escalas estruturantes do Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA)

A espinha dorsal do DCBA é fundamentada em três conceitos interligados, a saber: agência, empoderamento e emancipação. O conceito de agência do sujeito social. Inspirada na noção de desenvolvimento como liberdade de escolha (Sen, 1999), a abordagem entende agência como a “capacidade de grupos ou indivíduos de fazer escolhas propositais em suas vidas” (Samman; Santos, 2009, p. 3), ou, como sintetiza Sen, como aquilo que uma pessoa é livre para realizar em busca de valores que considera importantes (Sen, 1999). O exercício dessa agência depende do acesso a recursos nas esferas humana, social e psicológica - saúde, educação, senso de identidade, pertencimento, autoconfiança -, bem como de recursos e capacidades coletivas, como ter voz, sentir-se representado e dispor de poder para organização coletiva (Samman; Santos, 2009).

Para que os sujeitos possam exercer a agência, é indispensável que identifiquem e valorizem suas próprias habilidades e oportunidades. Essas habilidades vão além de competências técnicas: dizem respeito à capacidade de ler o contexto, reconhecer janelas de oportunidade e tomar decisões em um “mundo de possíveis” sempre limitado, mas passível de ser ampliado. Ibrahim e Alkire (2007) e Rowlands (1997) ajudam a detalhar essa dimensão ao distinguir diferentes formas de poder: *poder sobre* (controle sobre decisões pessoais), *poder de* (capacidade de agir em domínios específicos, inclusive na esfera doméstica), *poder com* (capacidade de agir coletivamente) e *poder dentro* (autoconfiança, autoestima, sentido de dignidade). Essas quatro formas de poder são mobilizadas de maneira articulada quando processos como o LabIdeias ou a Gincana Ecológica convidam moradores a transformar frustrações em projetos concretos.

A segunda dimensão é o empoderamento, entendido como o processo pelo qual indivíduos e coletivos passam a se posicionar de forma mais favorável na disputa por recursos, oportunidades e reconhecimento no interior do território, do mercado e do ambiente institucional (Ibrahim; Alkire, 2007). Em termos operacionais, o empoderamento pode ser visto como resultado de uma estrutura tripla de ações,

incluindo atividades que resgatam valor econômico, social, cultural e simbólico dos sujeitos (ampliação do capital social, atividades que fortalecem as capacidades de decisão, especialmente sobre caminhos de vida, vocações e engajamentos coletivos (poder político) e iniciativas que reforçam autoestima, autoconfiança e autovalorização (poder psicológico).

Isso implica que as ações do DCBA precisam combinar acesso à informação, inclusão em espaços de decisão, transparência e fortalecimento da capacidade organizacional local, uma vez que a agência é influenciada diretamente pelos ativos individuais e coletivos disponíveis (Narayan, 2002).

A terceira dimensão é a emancipação, que coloca no centro a valorização do encontro e da linguagem entre facilitadores e sujeitos protagonistas. A emancipação aqui é entendida como processo dialógico em que as pessoas podem se envolver criticamente, aprender com as experiências dos outros, reconhecer o valor de suas próprias subjetividades e conectar interesses individuais a projetos coletivos (Kretzmann; McKnight, 1993). Em termos concretos, trata-se de criar condições para que os sonhos não sejam apenas enunciados, mas possam ser traduzidos em estratégias negociadas de ação, em diálogo com as possibilidades e limites do contexto. Em territórios como o São João dos Pinheiros – atravessados por passivos ambientais, estigmas históricos e captura de políticas públicas por lógicas financeiras –, essa dimensão emancipatória é fundamental para que o desenvolvimento comunitário não se reduza a adaptação resignada à precariedade, mas se configure como disputa ativa por outro futuro territorial.

Ainda é importante ressaltar a abordagem multidimensional e multiescalar do DCBA, exercido de forma articulada em pelo menos três escalas: micro (indivíduos e domicílios), meso (comunidade) e macro (território mais amplo, município, redes interinstitucionais) (Samman; Santos, 2009). Cada uma delas envolve estruturas sociais, instituições e campos de oportunidade específicos, e nenhuma pode ser entendida isoladamente.

Na escala micro, a unidade domiciliar – e os sujeitos que a compõem – é o ponto de partida. É nesse nível que são mapeados sonhos, ativos, tentativas de empreender, trajetórias de migração, redes de apoio, experiências de trabalho e cuidado. Do ponto de vista metodológico, isso implica realizar mapeamentos qualitativos e quantitativos sensíveis às diferenças internas (gênero, ciclo de vida, raça/cor, posição no mercado de trabalho), bem como promover momentos de escuta e diálogo que permitam às pessoas nomearem suas aspirações e capacidades. No caso do Residencial São João dos Pinheiros, isso se expressa em entrevistas domiciliares, rodas de conversa e oficinas com perfis específicos (mulheres, jovens, idosos), que depois alimentam processos de mobilização para formações, hortas, gincanas e iniciativas econômicas.

A escala meso corresponde à escala comunitária, onde os sonhos e ativos identificados na esfera micro podem ser acolhidos, articulados e potencializados. Isso supõe a existência – ou a construção – de estruturas como associações de moradores, conselhos gestores comunitários, grupos de trabalho temáticos ou “incubadoras de sonhos” comunitárias. É nesse plano que se torna possível transformar aspirações individuais em agendas coletivas: o desejo de uma moradora de cozinhar pode se articular a um grupo de alimentação comunitária; o interesse de jovens em grafite e comunicação pode compor campanhas educativas; preocupações isoladas com o lixo podem se transformar em Gincanas Ecológicas. No São João dos Pinheiros, a criação e fortalecimento do Conselho Gestor Comunitário (CGCom) e a própria reconfiguração da associação de moradores são exemplos dessa escala meso em ação.

A escala macro envolve o entorno ampliado do bairro e o conjunto de instituições e políticas que incidem sobre o território – município, políticas setoriais, programas estaduais e federais, organizações da sociedade civil, redes de economia solidária, entre outros. Na abordagem DCBA, essa escala não é concebida como um receptáculo fixo e hierárquico, mas como uma “teia em construção”, sujeita a negociações, reconfigurações e brechas (Mathie; Cunningham, 2003). Trabalhar na escala macro, em um projeto de ação social em habitação de interesse social, implica constituir instâncias de interlocução como o Grupo Interinstitucional do Poder Público (GIPP), mapear programas e projetos potencializadores, realizar ciclos de formação com parceiros institucionais e ampliar a visibilidade do bairro na agenda pública da cidade. Em última análise, a leitura escalar do DCBA reitera o entrelaçamento entre agência, empoderamento e emancipação na escala individual, comunitária e municipal. Para que sonhos individuais e coletivos se concretizem em uma perspectiva de desenvolvimento comunitário, é necessário fortalecer habilidades que permitam “pular escalas”, expandindo continuamente o horizonte de escolhas. De um lado, isso exige valorização e ativação dos ativos presentes na comunidade; de outro, requer flexibilidade institucional e abertura do ambiente de políticas públicas para acolher e impulsionar projetos que nascem “de baixo”.

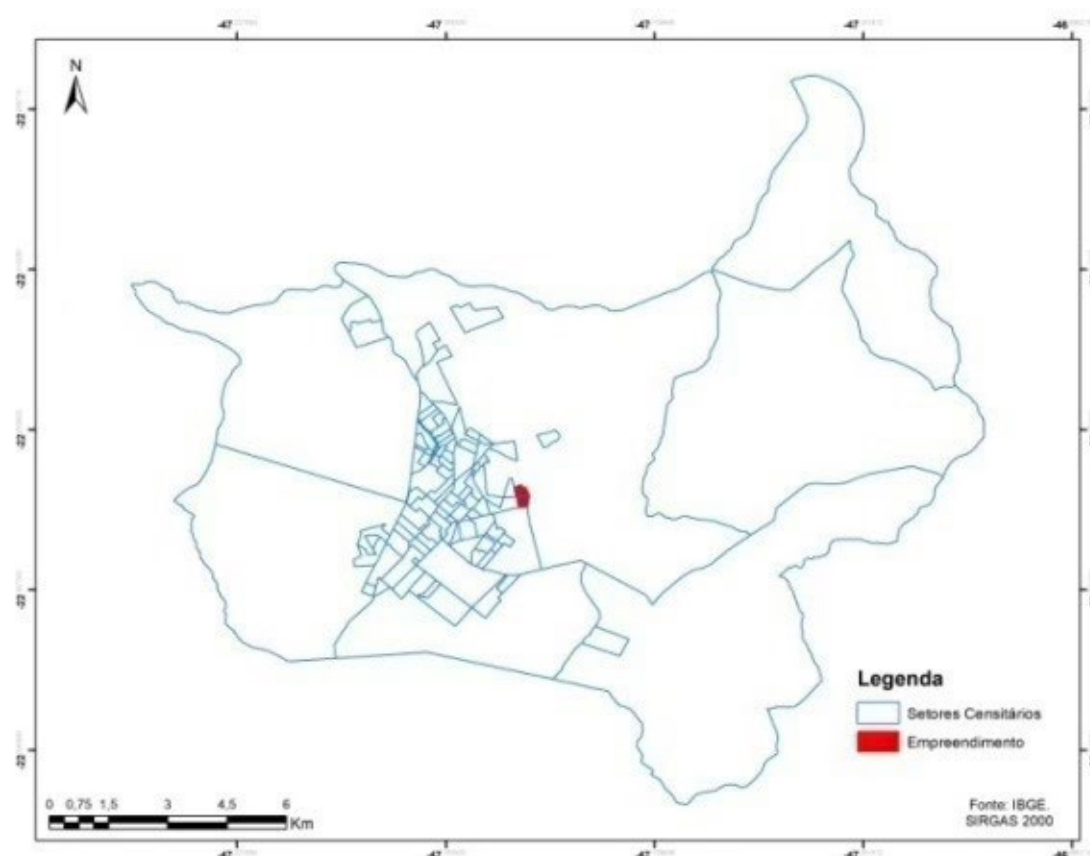
Caracterização do território e do empreendimento São João dos Pinheiros em Artur Nogueira

O município de Artur Nogueira, integrante da Região Metropolitana de Campinas (RMC), apresenta uma configuração territorial marcada tanto por sua inserção regional quanto por características ambientais específicas associadas ao que localmente se denomina “questão das águas”. Com área aproximada de 178 km² e população de 51.456 mil habitantes (Censo, 2022), o município possui densidade demográfica de 289,04hab/km² e apresenta um Produto Interno Bruto em torno de R\$ 1,7 bilhão e um PIB per capita de aproximadamente R\$ 30,6 mil, revelando uma economia diversificada, na qual o setor de serviços se destaca como principal componente, seguido pela indústria, administração pública e atividades agropecuárias.

Em termos de organização territorial, Artur Nogueira tem experienciado um movimento expressivo de expansão urbana, sobretudo nas áreas periurbanas, onde se intensificam processos de ocupação, implantação de conjuntos habitacionais e transformação do uso do solo. Essa expansão ocorre em zonas frequentemente marcadas pela presença de áreas verdes, cursos d’água e transições paisagísticas, o que exige maior integração entre planejamento urbano, política ambiental e equipamentos sociais.

Nesse contexto insere-se o Residencial São João dos Pinheiros, empreendimento do programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1, tendo sua obra iniciada em 2014 e concluída em 2016. O empreendimento foi implantado em um dos vetores de expansão da cidade, em área de transição entre zonas urbanizadas e espaços de caráter rural ou natural. Essa localização periurbana marca fortemente sua configuração espacial, conferindo ao residencial tanto desafios de acesso e infraestrutura quanto potencialidades para ações ambientais e produtivas, como hortas e áreas de uso comunitário.

A formação urbana do empreendimento é resultado de um processo de adensamento habitacional voltado a atender famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico. Mais de 3.500 famílias foram cadastradas ao longo do processo de implementação do empreendimento. O contingente beneficiário foi de 640 famílias, representando mais de 2.500 pessoas, provenientes de diferentes regiões da cidade, de heterogeneidade social e de diversidade de arranjos familiares - essa diversidade imprimia ao conjunto habitacional a necessidade de ações sociais robustas, voltadas à integração,



fortalecimento comunitário e geração de renda.

A implantação do residencial também se deu em uma área marcada por tipificação arquitetônica padronizada e infraestrutura ainda em consolidação, ou seja, como promessa futura da gestão pública, com deslocamento do tempo de entrega das unidades habitacionais e efetiva implementação de infraestrutura e serviços básicos, como unidades de saúde e escolas. Nesse contexto, espaços públicos, estruturas remanescentes da obra e áreas verdes passaram a assumir papel estratégico para a vida comunitária. Elementos como o antigo almoxarifado da construtora, as praças, o campo de futebol e a área destinada à possível horta comunitária tornaram-se pontos de interesse coletivo, indicando carência, mas também oportunidades de apropriação social do território.

O Residencial São João dos Pinheiros apresenta um deslocamento significativo em relação ao tecido urbano consolidado de Artur Nogueira, situando-se em um vetor de expansão da cidade marcado por características periurbanas e transição entre áreas urbanizadas e espaços ainda pouco densificados. Essa localização confere ao empreendimento uma condição de relativa perifericidade funcional, expressa tanto na distância física em relação a equipamentos estruturantes como o hospital municipal, o centro da cidade e serviços públicos essenciais, quanto na limitada integração viária com os demais bairros. A ausência ou insuficiência de transporte público regular no residencial acentua essa condição, dificultando o acesso cotidiano da população a serviços de saúde, educação, comércio e oportunidades de trabalho, além de reforçar padrões de isolamento socioespacial. Assim, o empreendimento se insere em um contexto no qual a fragilidade das conexões urbanas amplia a vulnerabilidade das famílias residentes, evidenciando a necessidade de políticas de mobilidade, infraestrutura e serviços que reduzam o distanciamento físico e social em relação ao núcleo urbano principal.



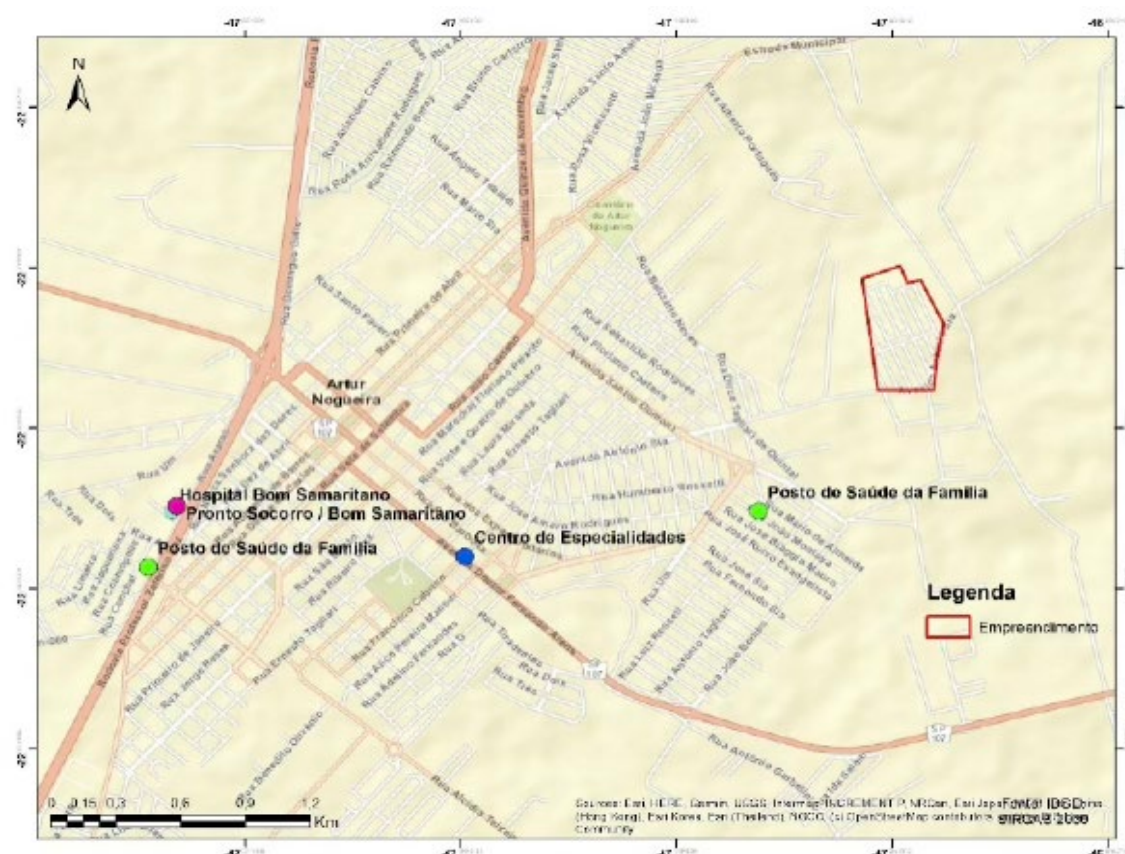
O trabalho social no Residencial São João dos Pinheiros teve início apenas em 2020, configurando um atraso significativo em relação à ocupação do empreendimento, cujas famílias já residiam no local desde 2016. Essa defasagem temporal implicou desafios adicionais para a equipe técnica, que encontrou uma comunidade já estruturada em suas dinâmicas próprias e demandas acumuladas, exigindo uma abordagem metodológica sensível às trajetórias prévias dos moradores. A implementação das ações coincidiu com o contexto crítico da pandemia de COVID-19, que impôs restrições sanitárias severas e exigiu a reformulação de procedimentos, estratégias de mobilização e formas de acompanhamento social. Nesse cenário, tornou-se necessário repensar integralmente o Plano de Trabalho Social, incorporando metodologias remotas, comunicação digital, protocolos de proteção e novos arranjos de participação comunitária, assegurando a continuidade das atividades e a proteção das famílias em situação de vulnerabilidade.

A criação do Grupo Institucional do Poder Público (GIPP) em Artur Nogueira

A criação do Grupo Institucional do Poder Público (GIPP) em Artur Nogueira, formalizada pelo Decreto nº 058/2021, resultou de um processo prévio de mobilização que articulou diferentes frentes: a entrada de equipes municipais no território, o engajamento das secretarias envolvidas com o Plano de Trabalho Social (PTS) e a formação das associações de moradores do empreendimento. Esse movimento inicial foi decisivo para que o colegiado surgisse ancorado nas necessidades concretas do residencial, garantindo que suas funções de deliberação, fiscalização e coordenação das políticas de pós-ocupação estivessem conectadas à realidade local, em consonância com as diretrizes da Portaria nº 464/2018 (Brasil, 2018).

A mobilização comunitária desempenhou papel estruturante nesse processo. As reuniões realizadas com a Associação de Moradores do Bairro São João dos Pinheiros e suas lideranças possibilitaram consolidar uma representação social legítima e comprometida com as demandas do empreendimento. A inclusão formal de um

Figura 3 – Mapa da localização periurbana do Residencial São João dos Pinheiros no município de Artur Nogueira e distâncias dos principais equipamentos urbano e do centro da cidade. Fonte: dos autores, 2020.



representante da associação na composição do GIPP reforçou essa legitimidade, permitindo que o colegiado incorporasse o conhecimento territorial dos moradores e que suas decisões refletissem as prioridades percebidas pelos próprios beneficiários. Esse arranjo fortaleceu o diálogo entre gestão pública e comunidade, contribuindo para que o trabalho social se desenvolvesse com maior precisão e responsividade.

No âmbito institucional, a prefeitura conduziu uma articulação intersetorial abrangente, envolvendo secretarias como Assistência e Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Planejamento, Obras, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Cultura, Agricultura, Segurança e Trânsito, além das áreas Jurídica e Administrativa. A construção de um entendimento compartilhado sobre a relevância do GIPP para o PTS foi fundamental para consolidar um compromisso coletivo entre as pastas. Esse alinhamento permitiu transformar a intenção política em um mecanismo operativo, garantindo que o colegiado contasse com representantes capazes de promover ações integradas, padronizar procedimentos e responder de forma coordenada às demandas complexas do território.

A formalização do GIPP pelo Decreto nº 058/2021 consolidou esse processo ao conferir base legal e estabilidade institucional ao colegiado. A definição de composição, atribuições e competências tornou obrigatória a participação das secretarias no acompanhamento e execução do trabalho social, integrando-o à rotina administrativa municipal e reduzindo a dependência de iniciativas pontuais ou personalizadas. Assim, o decreto não apenas institucionalizou um arranjo já em funcionamento, como também reconheceu a importância do esforço prévio de mobilização e articulação que havia permitido sua construção.

O caso de Artur Nogueira distingue-se, contudo, pela influência explícita de abordagens orientadas pelo Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA) e por práticas territoriais de integração, uma vez que o GIPP é um componente obrigatório Portaria nº 464/2018 (Brasil, 2018). Em vez de se limitar a cumprir exigências normativas, o processo valorizou capacidades existentes no território — como lideranças locais,

redes de apoio, iniciativas comunitárias e saberes cotidianos — utilizando-as como ponto de partida para a construção de soluções. E foi a partir desse mapeamento de ativos e projetos previamente desenhados com a comunidade que procedeu as ações de articulação entre escalas institucionais. Os projetos (entende-se como 'sonhos') da comunidade promoveu a institucionalização do GIPP como instrumento de planejamento para o fortalecimento comunitário e reforçou a conexão entre o bairro e a cidade. Como resultado, o GIPP passou a operar não apenas como um colegiado administrativo, mas como um espaço estratégico de mediação entre moradores e poder público, apresentação de demandas e de agendas.

Essa dinâmica representou uma vantagem substancial para o desenvolvimento do PTS em um empreendimento de Habitação de Interesse Social voltado a famílias de baixa renda. A incorporação de ativos comunitários permitiu diagnósticos mais precisos, maior aderência territorial das ações e um ambiente de corresponsabilidade, ampliando o potencial de sustentabilidade das intervenções. Ao integrar práticas participativas, articulação intersetorial e reconhecimento das especificidades locais, o processo de formação do GIPP em Artur Nogueira demonstrou o potencial do arranjo institucional em superar limites comuns às políticas habitacionais. Dentre muitas ações realizadas no PTS, serão abordadas quatro que tiveram seu desenvolvimento operacionalizado por meio da estrutura do GIPP.

Experiências do Trabalho Social no Residencial São João dos Pinheiros: entre o Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos e o Capitaloceno

A seção que se segue apresenta e discute quatro experiências centrais do Trabalho Social no Residencial São João dos Pinheiros, compreendidas aqui como dispositivos concretos de reconstrução da relação bairro–cidade em um contexto marcado pela lógica do Capitaloceno. Uma das teses centrais deste artigo é que o êxito relativo do Trabalho Social não pode ser explicado apenas pela execução correta de um plano de ações, mas, sobretudo, pela capacidade de enraizar essas ações em duas lógicas complementares e interescares: a relação bairro–escola e a relação bairro–cidade. Em um empreendimento PMCMV periférico, geograficamente isolado e atravessado por estigmas históricos ligados ao antigo lixão municipal e à fragmentação socioespacial, restituir essas conexões deixou de ser um detalhe operacional e passou a constituir um gesto estrutural de justiça territorial.

Nos termos do Capitaloceno, periferias urbanas tendem a ser tratadas como espaços descartáveis, zonas de sacrifício ambiental e repositórios de passivos urbanos. A desconexão entre bairro e cidade aprofunda ciclos de marginalização que combinam isolamento físico, estigma social, precarização de serviços, baixa circulação econômica e ausência de oportunidades. É justamente contra essa lógica que o Trabalho Social, ancorado na abordagem do Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA), procura operar. Em vez de tomar a periferia como território de déficit, o DCBA identifica e mobiliza ativos — associações, mulheres, jovens, escolas, espaços públicos, saberes locais — para constituir pontes duradouras entre o cotidiano do residencial e as redes econômicas, políticas e simbólicas da cidade.

As quatro experiências analisadas, (1) o processo de planejamento e gestão do território com a associação de moradores, (2) o Labldeias, (3) as hortas comunitárias e escolares e a (4) Gincana Ecológica — materializam essa aposta em escalas distintas, mas articuladas. O fortalecimento da associação transforma uma entidade formal fragilizada em estrutura comunitária de mediação com o poder público municipal. O Labldeias abre canais para que o trabalho, a criatividade e os projetos econômicos de mulheres e jovens circulem para além dos limites do residencial, disputando lugar

na economia urbana. As hortas, ao vincular bairro e escola, inscrevem o São João dos Pinheiros no planejamento educacional e ambiental do município, deslocando a imagem de “bairro do lixo” para a de referência em práticas pedagógicas e de produção de alimentos. A Gincana Ecológica, por sua vez, mobiliza uma ampla rede interinstitucional e midiática em torno da questão do lixo, recolocando o bairro no mapa político da cidade.

Tomadas em conjunto, essas experiências demonstram que a cidade não “chega” espontaneamente à periferia; ela precisa ser construída politicamente a partir de processos metodologicamente estruturados de fortalecimento comunitário. Ao articular ativos locais, vínculos interinstitucionais e dispositivos de participação, o Trabalho Social contribui para reverter, ainda que parcialmente e sob forte disputa, os efeitos socioambientais e simbólicos do Capitaloceno na escala urbana, afirmando o São João dos Pinheiros não apenas como produto da urbanização financeirizada, mas como sujeito na produção de alternativas territoriais.

Planejamento e gestão do território comunitário com a associação de moradores

O fortalecimento da associação de moradores do Residencial São João dos Pinheiros constitui o eixo estruturante do Trabalho Social e um laboratório privilegiado para pensar as tensões entre planejamento “de baixo para cima” e a forma como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) se inscreve na lógica do Capitaloceno (Moore, 2016; Malm, 2016). Em muitos casos, a associação de moradores tende a ser concebida, em muitos projetos, como mero interlocutor formal, convocado para “validar” decisões previamente tomadas, e não como sujeito de planejamento.

A abordagem do Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA), tal como formulada por Kretzmann e McKnight (1993) e aprofundada por Mathie e Cunningham (2003), rompe deliberadamente com essa lógica ao deslocar o foco da carência e da queixa para a agência e a construção de capacidades coletivas (Kretzmann; McKnight, 1993; Mathie; Cunningham, 2003). Em sintonia com essa literatura, o DCBA é compreendido como uma abordagem que centraliza a identificação dos ativos encontrados na comunidade e mobiliza indivíduos, associações e instituições a se unirem para identificar, realizar, desenvolver e impulsionar oportunidades latentes, em contraposição a abordagens centradas em demandas e passivos sociais. Ao aplicar esse marco à realidade do São João dos Pinheiros, o Trabalho Social passa a olhar a associação não como um problema a ser administrado – atravessada por disputas internas, histórico de conflitos e desconfiança dos moradores – mas como um ativo estratégico para organizar a vida comunitária, pactuar prioridades e construir pontes com a cidade.

Ações com associação de moradores consistiu em um conjunto estruturado de ações formativas e práticas, totalizando 250 horas de capacitação comunitária, realizadas de forma online e com alguns encontros presenciais ao longo de dois anos. Esse processo incluiu o desenvolvimento colaborativo de quatro eventos comunitários — a Festa de Natal “Magia da Sinergia”, a Gincana Ecológica, a Festa Juninha e o Mutirão do Jardim — que atuaram como espaços de aplicação dos conteúdos trabalhados, como educação ambiental, integração comunitário, desenvolvimento econômico e de fortalecimento da participação local. Somados, esses eventos mobilizaram aproximadamente 1.000 moradores, promovendo engajamento, integração social e o aprendizado coletivo em torno da organização comunitária.

Enquanto as plataformas de orientação da governança urbana tendem a enfatizar conselhos, comissões e fóruns formais como locus privilegiado da participação, autores como Mirafab, Escobar e Simone chamam atenção para “urbanismos insurgentes” e



práticas de autogoverno que frequentemente emergem à margem ou em tensão com os formatos institucionais de planejamento (Mirafab, 2009; Escobar, 2008; Simone, 2004). A associação do São João dos Pinheiros situa-se justamente nesse entre-lugar: ela é, ao mesmo tempo, uma instituição formalmente reconhecida e um espaço em disputa, atravessado por dinâmicas de poder locais e pelo legado de políticas urbanas que historicamente trataram a periferia como zona de sacrifício.

Na prática, o Trabalho Social estruturou um processo continuado de planejamento comunitário com a associação, combinando oficinas de mapeamento socioterritorial, leitura crítica do diagnóstico, construção de agendas de ação e acompanhamento compartilhado de atividades. Esse processo não foi linear nem isento de conflitos, mas produziu algo que a literatura sobre desenvolvimento comunitário frequentemente destaca como condição de sustentabilidade: a capacidade da comunidade de se perceber como sujeito de trajetória histórica e não apenas como objeto de intervenção (Mathie; Cunningham, 2003). A associação passou a assumir papéis centrais na concepção e execução da Gincana Ecológica, na mobilização para as hortas escolares e de quintal, na interlocução com o poder público para avançar a minuta da lei de hortas escolares e no apoio às mulheres e jovens envolvidas no Labldeias.

Labldeias: microempreendedorismo, economia solidária e urbanismos do cuidado

O Labldeias, enquanto programa de fomento a iniciativas econômicas locais, inscreve-se em uma tradição de experiências de economia solidária, empreendedorismo popular e trabalho autônomo em periferias urbanas que vem sendo amplamente discutida na literatura brasileira e internacional. Paul Singer e Adriane Ferrarini, por exemplo, enfatizam como formas associativas de produção, comercialização e consumo podem constituir alternativas parciais à economia capitalista hegemônica, especialmente em contextos de desemprego estrutural e precarização do trabalho (Singer, 2002; Ferrarini

Figura 4 - Oficina de planejamento e gestão comunitária: construção do plano de ação comunitária. Associação dos Moradores do Bairro Nosso Sonho. Fonte: dos autores, 2021.

et al., 2018). Ao mesmo tempo, autoras feministas como Silvia Federici e Amaia Pérez Orozco alertam para o risco de que políticas que incentivam o “empreendedorismo” transfiram para as mulheres a responsabilidade individualizada pela sobrevivência familiar, sem enfrentar as estruturas de exploração que produzem desigualdades de gênero e classe (Federici, 2012; Pérez Orozco, 2014).

O desenho do Labldeias no Residencial São João dos Pinheiros se move justamente nesse campo de tensão. Em vez de adotar uma lógica de empreendedorismo meritocrático, centrada em cursos padronizados de “educação empreendedora”, o Trabalho Social procurou articular o Labldeias à abordagem do DCBA, tomando como ponto de partida o mapeamento de sonhos, talentos e experiências prévias das mulheres e jovens do bairro (Kretzmann; Mcknight, 1993). Em lugar de oferecer um “cardápio” de negócios possíveis, o processo buscou identificar iniciativas já em curso – produção de alimentos, costura, serviços de beleza, atividades culturais, entre outras – e apoiá-las com mentorias, redes de apoio e, em alguns casos, equipamentos compartilhados. O objetivo não era simplesmente “inserir” essas pessoas no mercado, mas construir condições para que suas práticas pudessem se fortalecer como estratégias de desenvolvimento comunitário enraizadas no território.

Essa opção metodológica dialoga diretamente com a dimensão de agência do DCBA, entendida na literatura de desenvolvimento como a capacidade de grupos ou indivíduos de fazer escolhas propositais em suas vidas e de ampliar o leque de trajetórias possíveis (Mathie; Cunningham, 2003; Federici, 2012). Ao reconhecer que as mulheres do residencial já mobilizavam uma série de capacidades e redes – ainda que muitas vezes invisibilizadas – o Labldeias operou como catalisador, em vez de impor modelos externos de negócio. Ao mesmo tempo, na lógica do empoderamento descrita por experiências de desenvolvimento comunitário e economia solidária, o programa combinou três dimensões: valorização econômica, social e simbólica das participantes; fortalecimento de suas capacidades decisórias; e construção de autoconfiança e reconhecimento mútuo (Singer, 2002; Ferrarini et al., 2018).

O vínculo com a relação bairro–cidade aparece com clareza na medida em que o Labldeias não se restringe ao circuito interno do residencial. A articulação com redes municipais – como associações comerciais, programas de apoio ao microempreendedor individual, organizações da sociedade civil e políticas de assistência social – exemplifica a dimensão macro do DCBA, que enfatiza a importância de “pular escalas” para ampliar o horizonte de escolhas e oportunidades (Mathie; Cunningham, 2003). Ao conectar iniciativas econômicas do residencial com demandas e mercados existentes na cidade, o Labldeias desafia a lógica do PMCMV como “bairro dormitório” e reafirma o direito do São João dos Pinheiros de participar da economia urbana, não apenas como força de trabalho barata, mas como produtor de bens, serviços e cultura.

Hortas comunitárias e escolares: natureza, educação e justiça socioambiental

As hortas comunitárias e escolares do São João dos Pinheiros são um caso paradigmático de solução baseada na natureza (SbN) produzida de baixo para cima, em um contexto marcado pela história de degradação ambiental associada ao antigo lixão e à precariedade da infraestrutura urbana. A literatura sobre agricultura urbana e SbN tem destacado o potencial de hortas para promover segurança alimentar, fortalecer laços comunitários, melhorar microclimas e qualificar espaços públicos, especialmente em periferias urbanas (McClintock, 2014). Ao mesmo tempo, autores críticos como McClintock alertam para o risco de que certas formas de agricultura urbana sejam cooptadas por discursos de “revitalização verde” que contribuem, direta ou indiretamente, para processos de gentrificação e deslocamento de populações vulneráveis (McClintock, 2014).



Do ponto de vista do DCBA, as hortas dão materialidade a três dimensões fundamentais. Primeiro, mobilizam capacidades individuais (conhecimentos de cultivo, práticas de cuidado, saberes populares sobre plantas e alimentos) e as inscrevem em um projeto coletivo (Kretzmann; Mcknight, 1993). Segundo, funcionam como espaços de empoderamento, nos quais crianças e adultos experimentam formas de decisão compartilhada sobre o uso de um bem comum – a terra – e sobre a distribuição dos produtos cultivados. Terceiro, operam como dispositivos de emancipação, na medida em que alteram a forma como o bairro se vê e é visto: de lugar associado ao lixo, passa a ser reconhecido como espaço de produção de alimento, conhecimento e cuidado ambiental. Nessa linha, a literatura sobre desenvolvimento comunitário sublinha que soluções inovadoras, inspiradoras e, quando possível, economicamente viáveis podem gerar a dinâmica necessária para que a comunidade busque soluções endógenas e duradouras com autonomia, fortalecendo identidade e pertencimento ao lugar (Mathie; Cunningham, 2003; McClintock, 2014).

A interface bairro–escola é um dos aspectos mais relevantes dessa experiência. A literatura sobre third places e “infraestruturas de cuidado” tem mostrado que escolas podem funcionar como nós centrais de redes de apoio comunitário, sobretudo em territórios periféricos (Oldenburg, 1989). Ao aproximar a associação de moradores da escola, por meio da co-gestão das hortas e de atividades como a Gincana Ecológica, o Trabalho Social contribuiu para reconfigurar a escola não apenas como equipamento estatal, mas como espaço compartilhado de planejamento e intervenção territorial. Essa aproximação tem implicações diretas para a relação bairro–cidade: à medida que a escola se torna referência municipal em hortas escolares, o São João dos Pinheiros deixa de ser apenas um loteamento periférico e passa a ocupar lugar na agenda política e pedagógica da cidade.

Figura 5 - Hortas Comunitárias: alunos da Escola Estadual José Amaro Rodrigues recebendo material e ferramentas para construção da horta escolar e reciclagem de material orgânico dos refeitórios para adubar as hortas. Fonte: dos autores, 2022.

Gincana ecológica e campanhas cívicas: mobilização, conflito e reescrita do estigma territorial

A Gincana Ecológica e as campanhas cívicas de mobilização ambiental, sintetizadas na frase “Lixo bom é lixo na caçamba”, constituem talvez o momento mais visível da articulação entre DCBA, participação comunitária e crítica ao padrão de urbanização do Capitaloceno. Em muitos empreendimentos PMCMV, a gestão do lixo, a degradação de áreas comuns e a baixa qualidade dos serviços de limpeza urbana convertem-se rapidamente em indicadores materiais e simbólicos de fracasso: reforçam estigmas, produzem conflitos entre vizinhos e entre o bairro e o poder público, e alimentam narrativas de que “os moradores não sabem cuidar” do que receberam. A literatura sobre racismo ambiental e injustiça socioambiental mostra que esse tipo de discurso frequentemente desconsidera a histórica negligência estatal e a concentração de passivos ambientais em territórios de baixa renda, responsabilizando as vítimas pelos problemas estruturais (Bullard, 1990; Pellow, 2002).

A experiência da Gincana Ecológica no São João dos Pinheiros dá uma resposta frontal a esse enquadramento. Em vez de tratar o lixo como problema individual ou moral, o Trabalho Social – em diálogo com a associação, a escola e o GIPP – reconstrói o tema como questão pública, acionando múltiplos atores: moradores de diferentes faixas etárias, lideranças associativas com histórico de rivalidade, comerciantes locais, secretarias municipais e meios de comunicação. A gincana não é apenas um evento de coleta de resíduos; ela é desenhada como processo formativo, festivo e político, no qual o bairro aparece como protagonista de uma ação de interesse da cidade.

Do ponto de vista teórico, essa experiência se aproxima do que a literatura sobre urbanismos insurgentes descreve como “repertórios de ação” que reconfiguram o uso de espaços públicos e a percepção de territórios estigmatizados (Miraftab, 2009; Escobar, 2008; Simone, 2004). A gincana é, simultaneamente, uma prática de educação ambiental, uma estratégia de reconstrução do pertencimento e um gesto de disputa de narrativas: o bairro deixa de ser o lugar do “lixo abandonado” para se afirmar como comunidade organizada capaz de mobilizar centenas de pessoas em torno de um objetivo comum. Ao envolver escolas, igrejas, associações e órgãos públicos, a iniciativa também concretiza a multidimensionalidade da agência descrita no DCBA, ao articular diferentes formas de poder – poder sobre, poder de, poder com e poder dentro – na construção de respostas concretas a problemas vividos cotidianamente (Mathie; Cunningham, 2003).

A própria concepção da Gincana Ecológica foi marcada pela lógica de ativos. Em vez de partir do déficit – “as pessoas não cuidam do lixo” – o processo identificou capacidades preexistentes: grupos juvenis engajados, professores interessados em trabalhar temas ambientais, lideranças com experiência em organização de eventos, artistas locais, espaços públicos disponíveis para atividades coletivas (Kretzmann; Mcknight, 1993). O Trabalho Social atua como facilitador para que essas capacidades sejam conectadas em uma “teia em construção”, expressão que remete à ideia, presente no DCBA, de que a escala macro deve ser compreendida como campo aberto de articulações e oportunidades, e não como estrutura rígida e determinada (Mathie; Cunningham, 2003).

Ao mesmo tempo, a gincana evidencia a dimensão conflitiva do desenvolvimento comunitário, frequentemente subestimada em leituras mais harmonizadoras do DCBA. A mobilização em torno do lixo reativa memórias dolorosas relacionadas ao antigo lixão, ao estigma de morar “no fim da cidade” e à percepção de abandono pelo poder público. Autores como Bullard e Pellow lembram que injustiças ambientais são inseparáveis de desigualdades raciais, de classe e territoriais; no contexto brasileiro, periferias habitadas majoritariamente por trabalhadores de baixa renda, em sua maioria



negros, são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais e associadas a ideias de sujeira, desordem e periculosidade (Bullard, 1990; Pellow, 2002). A gincana, ao expor e negociar essas memórias, transforma a dor em ação coletiva, mas não apaga o conflito. Ela o ressignifica.

Por fim, a Gincana Ecológica é também um dispositivo privilegiado de articulação bairro–cidade. Ao atrair a atenção da mídia local, envolver secretarias municipais e estabelecer compromissos públicos em torno da melhoria da coleta, do destino de resíduos e da recuperação de áreas degradadas, a iniciativa faz com que o São João dos Pinheiros deixe de ser um ponto cego na cartografia urbana. Ela mostra, na prática, o que a literatura do DCBA afirma em termos teóricos: que a questão escalar da abordagem reitera o entrelaçamento entre a escala de agência, empoderamento e emancipação individual com a escala comunitária e do município, e que, para concretizar sonhos individuais e coletivos, é necessário fortalecer as habilidades que permitam “pular escalas” (Kretzmann; Mcknight, 1993; Mathie; Cunningham, 2003).

Sob o marco do Capitaloceno, a Gincana Ecológica e as campanhas cívicas associadas a ela podem ser vistas como experimentos de justiça territorial que se opõem à naturalização da precariedade ambiental nas periferias (Moore, 2016; Malm, 2016). Ao transformar o lixo em tema de ação coletiva, a comunidade recusa tanto a posição de vítima passiva quanto a culpabilização moralizante, afirmando-se como sujeito político capaz de propor, negociar e monitorar soluções – ainda que parciais e em disputa – para problemas forjados por décadas de urbanização desigual.

Figura 6 - Gincana Ecológica: Mutirão de Limpeza do Bairro São João dos Pinheiros. Fonte: dos autores, 2022.

Considerações Finais

Nas últimas décadas, a produção acadêmica convergiu para a compreensão de que a implantação periférica dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida (PMCMV) não representou um desvio pontual, mas constituiu o próprio eixo estruturante da política. A lógica de aquisição de terras de baixo custo — frequentemente localizadas em áreas distantes, ambientalmente frágeis ou previamente rejeitadas pelo mercado imobiliário — acabou por definir uma geografia de expansão urbana baseada na ocupação planejada de periferias. Esse movimento articulou interesses públicos e privados em torno da valorização futura desses territórios, convertendo a política habitacional em vetor de expansão imobiliária. Interpretado à luz do Capitaloceno, esse padrão evidencia que o PMCMV não apenas reproduziu desigualdades socioespaciais existentes, mas integrou-se a uma lógica de urbanização orientada pela maximização financeira.

O Trabalho Social, entendido como campo de mediação, torna-se espaço de resistência cotidiana ao modelo segregador do PMCMV financeirizado, especialmente quando articulado a práticas comunitárias que fortalecem agência e capacidade de decisão. Os quatro eixos tradicionais — mobilização comunitária; plantão social e articulação com a rede; educação ambiental e sanitária; e geração de trabalho e renda — podem ser reinterpretados a partir da abordagem DCBA, que desloca a lógica assistencialista e organiza a intervenção a partir de sonhos, ativos e potencialidades locais. No Residencial São João dos Pinheiros, iniciativas como hortas escolares e comunitárias, Gincana Ecológica, fortalecimento da associação de moradores e o Labldeias constituíram práticas “de baixo para cima” que produziram pertencimento, novas formas de uso do espaço e alternativas concretas ao planejamento top-down.

Ao priorizar a identificação de lideranças, a coautoria no desenho das ações, o acolhimento qualificado das demandas e a integração entre educação ambiental e organização comunitária, o DCBA reforça agência, empoderamento e emancipação. O mapeamento de talentos e projetos de vida orienta iniciativas econômicas que fazem sentido para o território, ampliando horizontes de escolha e fortalecendo a autogestão. Esse eixo dialoga diretamente com a dimensão da agência: ao serem chamados a planejar e decidir, os moradores deixam de ocupar o lugar de beneficiários passivos e passam a atuar como coautores do trabalho social.

O DCBA como uma abordagem baseada em ativos não ignora os passivos sociais, conflitos, violações de direitos ou situações de vulnerabilidade. Ao contrário, o trabalho social torna-se espaço de acolhimento das reais demandas e de construção de encaminhamentos, em diálogo com a rede de políticas públicas. A diferença é que tais demandas são tratadas em continuidade com o processo de fortalecimento de agência e empoderamento, e não como instâncias isoladas de “gestão de problemas”. Assim, a existência de um espaço permanente de escuta e encaminhamento é condição para que as escolhas dos sujeitos — e não apenas as necessidades identificadas de fora — orientem a intervenção.

No eixo da educação ambiental e sanitária, o DCBA permite deslocar o foco de campanhas moralizantes para processos de formação que articulem conhecimento, consciência crítica, comportamento e participação. A educação ambiental passa a ser pensada como oportunidade de mobilização e organização social, especialmente quando integrada a ações multigeracionais e vinculada a redes institucionais relevantes (escolas, saúde, limpeza urbana). Experiências como as hortas escolares e comunitárias e a Gincana Ecológica exemplificam essa interface: ao mesmo tempo em que promovem práticas concretas de cuidado com o ambiente, produzem pertencimento, identidade territorial e novas formas de uso do espaço urbano — elementos centrais para a emancipação.

Por fim, o eixo da geração de trabalho e renda ganha densidade quando articulado ao mapeamento de sonhos, talentos e aspirações individuais e coletivas. Em vez de oferecer pacotes padronizados de “inclusão produtiva”, o DCBA propõe que iniciativas econômicas — como o Labldeias — sejam desenhadas a partir dos ativos já existentes e dos projetos de vida das pessoas. A partir do mapeamento e da mobilização social e institucional, atores territoriais podem identificar processos mais adequados para concretizar seus sonhos, reorganizar-se coletivamente, co-gerir recursos de fomento e celebrar iniciativas endógenas. Nesse processo, agência, empoderamento e emancipação são trabalhadas de forma integrada: as pessoas expandem seu horizonte de escolha, ampliam sua capacidade de decisão e passam a se ver como sujeitos legítimos de iniciativas econômicas, culturais e políticas no território.

Em síntese, a interface entre DCBA e trabalho social em habitação de interesse social permite reinterpretar os quatro eixos tradicionais à luz de uma aposta metodológica que centraliza o protagonismo comunitário e reconhece que, em contextos marcados pela captura da política habitacional pelo capital — expressão privilegiada do Capitaloceno —, o desenvolvimento comunitário só pode ser sustentável se ancorado em ativos, sonhos e capacidades que emergem das próprias periferias urbanas e de suas conexões com a escola e com a cidade.

Agradecimentos

A primeira autora agradece o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº25/00667-2.

Referências

ALAS, Paulo. O peso da terra: habitação, terra pública e rentismo no Programa Minha Casa, Minha Vida. 2023. Tese (Doutorado em Habitat) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. *Revista Iberoamericana de Economia Ecológica*, v. 31, n. 1, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/article/view/356>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BONDUKI, Nabil. Cem anos de construção da política pública de habitação no Brasil: o desafio de uma arquitetura para a maioria. In: BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. v. 1, p. 1-129.

BULLARD, Robert D. *Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality*. Boulder: Westview Press, 1990.

CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana (org.). *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

CRIST, Eileen. On the poverty of our nomenclature. In: MOORE, Jason W. (ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016. p. 14-32.

CRUTZEN, Paul J. Human impact on climate has made this the “Anthropocene Age”. *New Perspectives Quarterly*, v. 22, n. 2, p. 14-16, 2005. DOI: 10.1111/j.1540-5842.2005.00739.x.

ESCOBAR, Arturo. *Territories of Difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press, 2008.

FEDERICI, Silvia. *Revolution at Point Zero: housework, reproduction and feminist struggle*. Oakland: PM Press, 2012.

FERRARINI, Adriane Vieira; LAVILLE, Jean-Louis; HILLENKAMP, Isabelle; GAIGER, Luiz Inácio; VERONESE, Marília Veríssimo. Empreendimento econômico solidário e empresa social: ampliando abordagens e integrando conceitos no diálogo Norte-Sul. *Polis: Revista Latinoamericana*, Santiago, n. 49, p. 299-322, 2018.

FIX, Mariana de Azevedo Barreto. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARAWAY, Donna J. Staying with the trouble: Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene. In: MOORE, Jason W. (ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016. p. 34-76.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. *Os enigmas do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBRAHIM, Solava; ALKIRE, Sabina. Agency and empowerment: a proposal for internationally comparable indicators. *Oxford Development Studies*, v. 35, n. 4, p. 379-403, 2007. DOI: 10.1080/13600810701701897.

KLINK, Jeroen. Development regimes, scales and state spatial restructuring: change and continuity in the production of urban space in Metropolitan Rio de Janeiro, Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 4, p. 1168-1187, 2013.

KLINK, Jeroen; SOUZA, Marcos Barcellos de. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. *Cadernos Metrôpole*, v. 19, n. 39, p. 379-406, 2017.

KRETZMANN, John P.; McKNIGHT, John L. Building communities from the inside out: a path toward finding and mobilizing a community's assets. Evanston: Institute for Policy Research, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEWIS, Simon L.; MASLIN, Mark A. Defining the Anthropocene. *Nature*, v. 519, n. 7542, p. 171-180, 2015. DOI: 10.1038/nature14258.

MALM, Andreas. *Fossil Capital: the rise of steam power and the roots of global warming*. London: Verso, 2016.

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MATHIE, Alison; CUNNINGHAM, Gord. From clients to citizens: asset-based community development as a strategy for community-driven development. *Development in Practice*, v. 13, n. 5, p. 474-486, 2003. DOI: 10.1080/0961452032000125857.

MCCLINTOCK, Nathan. Radical, reformist and garden-variety neoliberal: coming to terms with urban agriculture's contradictions. *Local Environment*, v. 19, n. 2, p. 147-171, 2014. DOI: 10.1080/13549839.2012.752797.

MIRAFATAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009. DOI: 10.1177/1473095208099297.

MOORE, Jason W. Introduction: Anthropocene or Capitalocene? Nature, history, and the crisis of capitalism. In: MOORE, Jason W. (ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016. p. 1-11.

MOORE, Jason W. The rise of cheap nature. In: MOORE, Jason W. (ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016. p. 78-115.

NARAYAN, Deepa (ed.). *Empowerment and poverty reduction: a sourcebook*. Washington, DC: World Bank, 2002.

OLDENBURG, Ray. *The Great Good Place: cafes, coffee shops, community centers, beauty parlors, general stores, and other hangouts at the heart of a community*. New York: Paragon House, 1989.

PARENTI, Christian. Environment-making in the Capitalocene: political ecology of the state. In: MOORE, Jason W. (ed.). *Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism*. Oakland: PM Press, 2016. p. 166-183.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. Trabalho social em habitação: contradições, convocações e redefinições políticas. In: PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (org.). *Serviço social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 21-49.

PELLOW, David N. *Garbage wars: the struggle for environmental justice in Chicago*. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, Luciana de Oliveira. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SAMMAN, Emma; SANTOS, Maria Emma. Agency and empowerment: a review of concepts, indicators and empirical evidence. Oxford: Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), University of Oxford, 2009. (OPHI Research Paper, n. 10).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p.

SEN, Amartya. *Development as freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SHIMBO, Lúcia Zanin. Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.

SIMONE, Abdou Maliq. People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. *Public Culture*, v. 16, n. 3, p. 407-429, 2004.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TONE, Beatriz Bezerra. São Paulo, século XXI: valorização imobiliária e dissolução urbana. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TORQUATO, Shirley; SANTOS, Verônica Cristina de Oliveira dos. O trabalho social na habitação: construindo caminhos para a efetivação do direito de morar. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, Vila Velha, v. 19, n. 2, p. 83-97, jul./dez. 2022.